

Projeto de Lei Nº 261/76

Autoriza o Poder Executivo a adquirir por compra,  
Contratar Financiamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Luís Alves, senhor Orlando da Silva  
no uso de suas atribuições:

Faz saber a todos os habitantes deste Município que o Legis-  
lativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º . Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir,  
por compra diretamente do fabricante ou de seu concessio-  
nário exclusivo, para serviço desta Prefeitura, um cami-  
nhão Basculante marca Dodge P.700, Diesel 175, chassis  
médio, equipado com basculante de 5m3.

Art. 2º . Fica o Poder Executivo Municipal, também autorizado a  
obter o financiamento necessário à referida compra, à  
vista nos termos do que dispõem as normas do Banco Cen-  
tral do Brasil atualmente em vigor, assinando em conse-  
quência contrato de abertura de crédito com a BESC - Fi-  
nanciamento S/A. Crédito Financiamento e Investimento,  
bem como dando a garantia do financiamento, bem caracte-  
rizado no Artigo 1º, sob forma de alienação fiduciária  
em garantia, conforme estabelece o decreto lei nº 911 de  
1º de outubro de 1969.

§ Único - O financiamento a que se refere o " caput " desta Lei, o  
compreenderá o principal, no valor de Cr\$ 140.000,00 /  
( cento e quarenta mil cruzeiros ) mais todos os onus e  
encargos de financiamento que será pago em 30 (trinta)  
meses, prestações estas que serão representadas por uma  
nota promissória em seu valor total, emitido a favor da  
BESC FINANCEIRA S/A Crédito Financiamento e Investimento  
pelo poder Executivo Municipal.

Art. 3º . Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a dar  
em garantia do financiamento a que se refere o artigo  
2º supra sob a forma de penhor, parcelas do Imposto sô-  
bre a Circulação de Mercadorias, assim como a constituir  
a BESC FINANCEIRA S/A. Crédito Financiamento e Investimen-  
tos, procurador do Município, com poderes irrevogáveis pa-  
ra o fim especial de receber do órgão competente, as parce-  
las do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, até o limi-  
te das obrigações contraídas no contrato de financiamento





**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS ALVES**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

assinado com a BESC FINANCEIRA S/A. Crédito Financiamento e Investimento.

- § 1º - Se a quota de participação do Imposto sobre a Circulação de mercadorias a que se refere este artigo, tiver sua denominação modificada ou for substituída por outro Imposto ou outra fonte de arrecadação, tal novo imposto ou nova fonte de arrecadação substituirá a garantia mencionada neste artigo, sem que venha a constituir novação do contrato assinado, que continuará íntegro em todas as suas cláusulas e condições até seu total cumprimento.
- § 2º - O Município se obriga a fazer consignar nos orçamentos, verbas necessárias à liquidação das obrigações estabelecidas na presente Lei.
- § 3º - O Prefeito Autorizará, irrevogavelmente, o Banco do Estado de Santa Catarina S/A., ou outra qualquer fonte pagadora da quota referida neste artigo, a contabilizar a débito da conta do Município, em que forem creditadas as parcelas da quota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias a que se refere o "caput" deste artigo, as importâncias correspondentes à liquidação das obrigações contraídas com o financiamento a que se refere o artigo 2º supra.
- Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luís Alves, 21 de Maio de 1976.

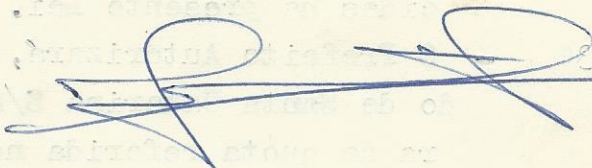
Orlando da Silva  
Prefeito Municipal.



PARECER.

A Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas da Câmara, estudando o conteúdo da presente Lei e havendo necessidade premente na aquisição de Caminhão basculante para atender as necessidades da conservação de vias públicas, opina favorável a sua aprovação. —

S.S. em, 21 de maio de 1976.



Alípio Micheluzzi

Boleslau Glezyk

Aprovado em 1ª discussão.

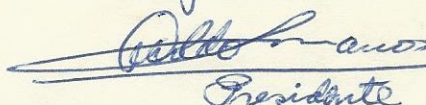
S.S. em 21 de maio de 1976



Presidente

Aprovado em 2ª discussão

S.S. em 11 de junho de 1976



Presidente